



MP 1045 reduz fiscalização e aumenta risco de acidentes e mortes de trabalhadores

A reforma trabalhista do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) contida na **Medida Provisória (MP) nº 1045**, que acaba com o 13º salário, férias, previdência e diminui o valor do salário dos jovens de 18 a 29 anos para metade do salário mínimo (R\$ 550), também é uma ameaça contra a saúde e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. O texto da MP prevê a diminuição da **fiscalização** das 37 Normas Regulamentadoras (NRs) criadas para evitar **acidentes de trabalho**.

A possibilidade do aumento dos acidentes e mortes de trabalhadores por **falta de fiscalização** pode, além das vidas perdidas, acarretar em um custo maior entre R\$ 24 bilhões e R\$ 36 bilhões, que representam de 20% a 30%, nos R\$ 120 bilhões anuais gastos atualmente em benefícios previdenciários diretos e indiretos.

Hoje, somente com Previdência, o custo direito anual é de cerca de R\$ 31 bilhões referente a acidentalidade e doenças do trabalho, incluídas as aposentadorias.

O que diz a MP sobre fiscalização do trabalho

Apesar do alto custo previdenciário e do Brasil ser um dos países que mais matam trabalhadores e trabalhadoras em acidentes durante a atividade profissional, com cerca de **650 mil acidentes e 2.500 mortes ao ano**, num total desrespeito à vida humana, o relator da MP na Câmara Federal, deputado Christino Áureo (PP) aceitou incluir no texto o afrouxamento da fiscalização nas empresas.

A MP determina apenas a orientação, nos casos leves de descum-

primento de normas de saúde e segurança do trabalho no novo artigo 627 da CLT, e impõe uma dupla visita dos auditores fiscais do trabalho. A primeira visita seria de orientação e somente na segunda haveria a multa. Na primeira visita só estão previstas multas na falta de registro de empregado, atraso de salário e não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

“É clara a tentativa do governo de impedir a atuação dos órgãos de fiscalização que precisam também punir para que empregadores cumpram a norma jurídica trabalhista”, diz a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT.

Restrição à fiscalização aumenta risco para os informais

O país tem 45 milhões de trabalhadores com vínculos formais de trabalho e outros 60 milhões sem vínculo algum, sem proteção previdenciária e em condições piores do que os de carteira assinada, diz Remígio Todeschini, que alerta: “Ao afrouxar a fiscalização, a desproteção aos trabalhadores informais será desastrosa”.

De acordo com ele, o número de acidentes e mortes no país que já é alto, “pode ser multiplicado por dois se considerarmos os trabalhadores informais e os que emitem nota como micro empreendedores”.

“O trabalhador que tem MEI, em caso de acidente, ainda consegue um salário mínimo de auxílio previdenciário, apesar de não ter estabilidade de um ano no emprego como o trabalhador formal”, explica o pesquisador da UnB.

“Mas o informal, o motorista

de Uber, que não consegue pagar o INSS, vai receber atendimento do SUS, assim como os demais trabalhadores, mas não vai ter nenhuma proteção previdenciária. São 60 milhões de pessoas nesta situação”, acrescenta.

Segundo o pesquisador, o que o governo quer é que as empresas possam produzir, independentemente da proteção à vida do trabalhador.

CIPA garante segurança no Trabalho

Para Airton Cano, coordenador da Fetquim, a medida é vergonhosa.

“Os acidentes e doenças, infelizmente, continuarão a ocorrer com gravidade e choraremos a morte de diversos companheiros”, lamentou.

Uma das formas de se exigir saúde e segurança no trabalho, segundo André Alves, secretário de Saúde da Fetquim, é o trabalhador seguir as recomendações do sindicato e participar ativamente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de sua empresa.

O dirigente entende que “sem a fiscalização direta piora ainda mais o ambiente no interior das empresas, especialmente em áreas sujeitas à incêndio, contaminações, máquinas sem proteção, enfim pioram as condições de trabalho com o aprofundamento de regras que retiram direitos dos trabalhadores.”

O texto da MP 1045, aprovado pela Câmara, precisa também ser aprovado em votação no **Senado Federal**, até o dia sete de setembro. Caso seja aprovado ele segue para sanção presidencial.

Escrito por: Rosely Rocha



18A: Greve geral dos servidores públicos ganha apoio internacional

Fonte: Condsef/Fenadsef

O #18ADiaDeLuta, dia nacional de greve e mobilizações contra a reforma Administrativa e em defesa dos direitos da classe trabalhadora que marcou essa quarta-feira, 18, com atos em mais de 20 estados e o DF, recebeu apoio internacional. O secretário-geral da EPSU/European Public Service Unions, Jan Willem Goudriaan, enviou saudações solidárias ao setor público nacional, que marcou a luta dos trabalhadores e trabalhadoras contra o desmonte do Estado brasileiro, almejado pelo governo Jair Bolsonaro por meio da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 32.

A European Federation of Public Service Unions (EPSU) representa oito milhões de trabalhadores no setor público na Europa. Representando cerca de 80% dos servidores do Executivo Federal, aproximadamente 800 mil trabalhadores entre ativos, aposentados e pensionistas, a Condsef/Fenadsef é filiada à ISP no Brasil sendo a maior entidade representativa da categoria da América Latina.

"O apoio vindo de representantes de servidores de outras partes do mundo é fundamental para nós do serviço público brasileiro que lutamos contra essa reforma Administrativa e com tantos outros obs-



táculos e adversidades, incluindo a própria falta de servidores, apesar de insistirem em dizer que o Estado brasileiro é inchado, o que sabemos ser uma mentira", comenta o secretário-geral da Confederação, Sérgio Ronaldo da Silva.

Jan Willem alerta que a PEC é uma verdadeira ameaça aos serviços públicos prestados à população brasileira, garantidos na Constituição cidadã de 1988.

"Entendemos que a PEC 32 é uma ameaça gigantesca aos serviços públicos e à remuneração e condições de trabalho de seus servidores e servidoras. Ela criará mais oportunidades para privatizações e para o desmonte dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que retirará a condição de servidor da maior parte dos trabalhadores públicos", destaca o documento.

O secretário-geral enalteceu a união entre os sindicatos representativos dos servidores públicos e do setor privado. "Sabemos que os sindicatos do setor privado também estão apoiando a campanha, tendo em vista que tamanho ataque ao setor público terá grandes consequências para a qualidade e quantidade de serviços públicos essenciais para a sociedade", diz o texto.

Além disso, reforçou a importância dos servidores públicos no atendimento às vítimas da covid-19. "Também estamos cientes de que os servidores públicos vêm lutando imensamente para fornecer saúde, assistência social e outros serviços enquanto seus governos falham em tomar medidas para conter a pandemia que continua a assombrar o país".

[Confira a íntegra da Carta.](#)

ESTATAIS SÃO DE TODOS.
PRIVATIZAR É PRA POUCOS.



Campanha
em Defesa dos
SERVIÇOS PÚBLICOS

Veja e
divulgue!